



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- www.crea-rs.org.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2025.000003818-9

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, SOB FORMA DE COMODATO, DO TIPO RASTREADOR E BLOQUEADOR VEICULAR PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO CREA-RS.**

### 2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

#### 2.1. NECESSIDADES E JUSTIFICATIVAS

2.1.1. A necessidade dessa contratação decorre da demanda histórica apresentada pelo CREA-RS e verificável nos Editais anteriores para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, SOB FORMA DE COMODATO, DO TIPO RASTREADOR E BLOQUEADOR VEICULAR**. A necessidade decorre da demanda pela continuidade da prestação de serviços públicos e atendimento à sociedade como um todo exigindo do Conselho atuação pró ativa na fiscalização de obras e serviços de engenharia e agronomia. Para que ocorra essa atuação administrativa de forma eficiente, a frota de veículos dependem dos serviços de monitoramento e rastreamento veicular.

2.1.2. A melhoria da eficiência operacional é um dos principais benefícios, por permitir a otimização de rotas, identificando e utilizando as mais eficientes, o que reduz o tempo de viagem e o consumo de combustível. O aumento da segurança é outro fator crucial, uma vez que o monitoramento permite a vigilância constante dos veículos, prevenindo roubos e garantindo uma resposta rápida em caso de emergências.

2.1.3. A redução de custos é uma consequência natural, já que o rastreamento contribui para economias em combustível, manutenção e seguros, além de reduzir perdas por roubo ou ineficiências operacionais.

2.1.4. Por fim, o rastreamento de frotas é uma ferramenta essencial para a gestão eficiente, segura e econômica de operações de transporte.

2.1.5. Esse serviço tem como objetivos:

I - 1. Segurança: ajuda a prevenir roubos e furtos, pois é possível acompanhar a localização do veículo em tempo real.

II - 2. Recuperação de veículos roubados: Se um veículo for roubado, há o seu rastreio para localizá-lo e recuperá-lo.

III - 3. Redução de custos: Todos os veículos do CREA-RS possuem seguro (SEI nº 2023.000006354-5). Possuir serviços de monitoramento e rastreamento

veicular reduz os custos de seguro, pois é possível demonstrar que o veículo está sendo monitorado.

IV - 4. Melhoria da gestão de frota: O rastreamento de veículos ajuda a otimizar a gestão de frota, pois é possível acompanhar a localização e o movimento dos veículos em tempo real.

V - 5. Aumento da produtividade: O rastreamento de veículos pode ajudar a aumentar a produtividade dos motoristas, pois é possível otimizar as rotas e os horários de entrega.

VI - 6. Melhoria da segurança no trânsito: O rastreamento de veículos pode ajudar a melhorar a segurança no trânsito, pois é possível detectar e prevenir comportamentos perigosos, como excesso de velocidade.

VII - 7. Cumprimento de regulamentações: O rastreamento de veículos pode ajudar a cumprir com as regulamentações e normas de segurança e meio ambiente.

VIII - 8. Redução de tempo de resposta em emergências: O rastreamento de veículos pode ajudar a reduzir o tempo de resposta em emergências, pois é possível localizar o veículo rapidamente.

IX - 9. Aumento da confiança dos clientes: O rastreamento de veículos pode ajudar a aumentar a confiança dos clientes, pois é possível demonstrar que os veículos estão sendo monitorados e que a segurança é uma prioridade.

X - 10. Melhoria da gestão de riscos: O rastreamento de veículos pode ajudar a melhorar a gestão de riscos, pois é possível identificar e mitigar riscos potenciais.

2.1.6. Sem os serviços de monitoramento e rastreamento veicular os resultados de uma gestão pública eficiente ficam comprometidos pela falta de controle e dados técnicos quanto ao uso da frota.

2.1.7. Da mesma maneira, o sistema informatizado de gerenciamento da frota é necessário não somente para o controle e prestação de contas internas, também para a prestação de contas do CONVÊNIO que o CREA-RS possui com o CONFEA, denominado: PRODESU- CONVÊNIO 41/2024, que tem como objeto a execução do plano de fiscalização com o custeio de diárias e combustíveis, consoante descritivo disposto no Plano de Trabalho do Processo CF-nº 00.003790/2024-61 do respectivo Convênio, por processos bem definidos de sistema que permite um acompanhamento detalhado das despesas relacionadas aos veículos do Conselho, incluindo abastecimento e manutenção dos mesmos.

2.1.8. O sistema informatizado deve permitir o controle para o monitoramento e rastreamento de cada veículo do CREA-RS com o acompanhamento em tempo real, como forma de controlar gastos e combater atitudes ilícitas. Deve viabilizar a organização das informações dos dados de rotas, tempo percorrido, distância, quilometragem, identificação do veículo, datas, horários, etc, quando necessário, que deverão ser alimentados por programas específicos de dados permanentemente disponíveis para o CREA-RS, com a emissão de relatórios gerenciais.

2.1.9. O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum conforme a Lei nº 10.520/02, o Decretos nºs 5.450/05, 3.555/00 e 10.024/19, pois os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação são usuais do mercado e possíveis de descrição sucinta, podendo, portanto, ser licitada por meio do Pregão;

2.1.10. A precisão da localização é um aspecto crucial ao escolher um dispositivo de rastreamento de veículos. É bom garantir que o rastreador possa fornecer localização em tempo real e rastreamento em tempo real. Para isso, é necessário que o dispositivo possua tecnologia GPS e GLONASS, que são os sistemas de localização mais precisos disponíveis atualmente.

## 2.2. **DO PROBLEMA, DA NECESSIDADE E DA RESOLUÇÃO**

2.2.1. Do problema: com o término do contrato de prestação de serviços de monitoramento e rastreamento veicular, conforme processo SEI nº 2020.000002118-2, o CREA-RS ficará sem esse serviço que é essencial para a gestão de sua frota. Diversas prestações de contas quanto ao uso dos veículos

ficarão prejudicados, por exemplo, da falta de relatórios quanto ao uso do veículo, à distância e locais percorridos, tempo de percurso, etc.

2.2.2. Da necessidade: o CREA-RS, por não dispor de aparelhos e tecnologia que realizam o monitoramento e rastreamento de sua frota, precisa desse serviço para viabilizar toda a gestão de utilização dos veículos, principalmente, nos relatórios de prestações de contas.

2.2.3. Da Resolução: o serviço de monitoramento e rastreamento veicular é essencial para a boa e eficiente gestão da frota, além de proporcionar maior segurança quanto ao uso desse bem público. Para tal, existe os serviços de monitoramento e rastreamento veicular, que é a o modo de identificação e localização dos veículos com a inclusão de componentes eletrônicos com tecnologia de localização via satélite ou radiofrequência.

2.2.4. O rastreamento e monitoramento de frotas são de extrema importância para diversas áreas da gestão de frotas e pode trazer inúmeros benefícios para as instituições públicas ou empresas que utilizam esse sistema.

### 2.3. **C. DAS INSPETORIAS**

2.3.1. As **Inspetorias do CREA-RS** estão vinculadas administrativa e tecnicamente à **Coordenadoria das Inspetorias**, e funcionam de acordo com o regimento próprio aprovado pelo **Plenário do CREA-RS**. O principal objetivo dessas Inspetorias é descentralizar o atendimento à sociedade, garantindo uma maior proximidade com os profissionais e cidadãos do Estado.

2.3.2. Atualmente, o CREA-RS conta com 44 Inspetorias distribuídas por diversas cidades do Rio Grande do Sul. Entre as localidades atendidas, destacam-se: **Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Esteio, Frederico Westphalen, Gramado, Gravataí, Guaíba, Ibirubá, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, Taquara, Torres, Tramandaí, Três Passos, Uruguaiana, Vacaria e Viamão.**

2.3.3. A lista completa dos endereços das Inspetorias pode ser consultada por meio do seguinte link: [http://www.crea-rs.org.br/site/revista\\_pageflip/livreto-radiografia/magazine-sample/#page/1](http://www.crea-rs.org.br/site/revista_pageflip/livreto-radiografia/magazine-sample/#page/1), que também está anexo ao processo (DOC. SEI nº 2808532) .

2.3.4. Os veículos do CREA-RS estão distribuídos nas Inspetorias, conforme tabela abaixo da **RELAÇÃO DE VEÍCULOS POR INSPETORIAS E ZONAS**:

ZONAS	INSPETORIAS	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
SERRA	BENTO GONÇALVES	1
	CAXIAS DO SUL	3
	VACARIA	1
METROPOLITANA	CAMAQUÃ	0
	GRAVATAÍ	0
	GUAÍBA	2
	MONTENEGRO	2
	PORTO ALEGRE E SEDE	16
	VIAMÃO	0
LITORAL	CAPÃO DA CANOA	1
	TORRES	1
	TRAMANDAÍ	1
SINOS	CANOAS	3
	ESTEIO	1
	NOVO HAMBURGO	2
	SÃO LEOPOLDO	2
	TAQUARA	2
	CRUZ ALTA	1

NOROESTE	IBIRUBÁ	0
	IJUÍ	1
	PANAMBI	1
	SANTO ÂNGELO	1
ALTO URUGUAI	FREDERICO WESTPHALEN	1
	PALMEIRA DAS MISSÕES	0
	SANTA ROSA	1
	TRÊS PASSOS	1
FRONTEIRA OESTE	SANTIAGO	2
	SÃO BORJA	1
	SÃO LUIZ GONZAGA	1
CENTRAL	CACHOEIRA DO SUL	1
	LAJEADO	0
	SANTA CRUZ DO SUL	1
	SANTA MARIA	2
PLANALTO	ERECHIM	1
	PASSO FUNDO	3
	CARAZINHO	0
FRONTEIRA SUDOESTE	ALEGRETE	1
	SANTANA DO LIVRAMENTO	1
	SÃO GABRIEL	0
	URUGUAIANA	0
SUL	BAGÉ	2
	PELOTAS	4
	RIO GRANDE	0

#### 2.4. D. DO CONVÊNIO PRODESU – CONFEA

2.4.1. Está em vigência no CREA-RS o CONVÊNIO 41/2024 (DOC SEI nº 2812929) com o CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) que tem por objeto a execução do plano de fiscalização com o **custeio de diárias e combustíveis**, consoante descritivo disposto no Plano de Trabalho do Processo. Convênio esse aprovado em Sessão Plenária Ordinária- CREA-RS, nº 1850, de 25/01/2024, abaixo:

O **Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS**, reunido ordinariamente de forma híbrida, conforme aprovado pelo Plenário por meio da Decisão Plenária n. PL/RS-169/2023, via online pelo aplicativo Zoom e presencialmente nas dependências do Auditório do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS), localizado na Rua Bernardo Pires n. 415 – 2º andar, em Porto Alegre (RS), e **considerando** a Resolução do Confea n. 1.030, de 17 de dezembro de 2010, que institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua - Prodesu, e dá outras providências, **considerando** que o Plenário do CREA-RS por meio da Decisão Plenária n. PL/RS-9/2024, aprovou a **Adesão do CREA-RS ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea/Mútua – Prodesu - Gestão 2024/2026** (Processo SEI n. 2024.000000126-1), **decidiu**, por maioria, aprova as seguintes linhas de participação do CREA-RS no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea/Mútua – Prodesu: **1) Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Fiscalização (Prodafisc) - Prodesu II-A**, e **2) Programa de estruturação física da sede e inspetorias para aquisição, construção, ampliação, reforma e locação emergencial de espaço - Prodesu III-B**.

#### 2.4.2. Convênio 41/2024:

##### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objeto a execução do plano de fiscalização com o **custeio de diárias e combustíveis**, consoante descritivo disposto no Plano de Trabalho do Processo SEI nº 00.003790/2024-61.

##### 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

(...)

4.1.2. Aplicar os recursos repassados pelo CONCEDENTE exclusivamente com relação ao objeto do convênio, vinculado às despesas descritas no Plano do Trabalho constante do **Processo nº 00.003790/2024-61**.

2.4.3. Para as prestações de contas do referido Convênio os relatórios dos veículos para verificação dos percursos, tempo percorrido, localização e rotas são possíveis pela existência dos serviços de monitoramento da frota.

## 2.5. DO HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. Fora objeto de contratação pretérita o disposto nos processos: 2014068232 e SEI 2020.000002118-2 (com encerramento em 2025). As contratações pretéritas decorreram em se contratar empresa especializada em serviços de monitoramento e rastreamento veicular com os aparelhos em comodato. Este é um forte indicativo de que a solução, nos moldes atuais, está satisfazendo plenamente as necessidades do CREA-RS, razão pela qual entende-se ser a melhor solução a manutenção desse tipo de serviço.

2.5.2. Histórico de gastos (de 2021 até fevereiro de 2025) dessa contratação, conforme último processo:

ANO	VALOR
2021	R\$ 53.251,04
2022	R\$ 54.523,39
2023	R\$ 55.788,32
2024	R\$ 54.935,04
2025*	R\$ 9.155,89
-	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 174,402,89</b>

\* valores gastos até fevereiro/2025.

2.5.3. Projeção de gastos totais até o final do atual contrato, com mensalidades e desinstalação dos equipamentos:

MENSALIDADES	R\$ 22.889,60
Desinstalação	R\$ 2.689,92
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 25.579,52</b>

## 2.6. DA AQUISIÇÃO OU COMODATO DOS APARELHOS RASTREADORES :

2.6.1. Ainda que, atualmente, já exista no CREA-RS a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, SOB FORMA DE COMODATO, DO TIPO RASTREADOR E BLOQUEADOR VEICULAR**, cabe destacar que o levantamento de mercado é muito útil para verificar se a solução escolhida atualmente (nesse tipo de contratação e objeto) segue sendo a melhor no mercado, em termos de custo-benefício:

2.6.1.1. **DA AQUISIÇÃO DOS APARELHOS:** Para se conseguir o rastreio e monitoramento dos veículos do CREA-RS é preciso que cada veículo possua um dispositivo eletrônico (rastreador). Esse dispositivo pode ser adquirido no mercado, bastando que a escolha dos aparelhos se adeque às necessidades técnicas da gestão da frota do Conselho. Além da aquisição, é necessário também aquisição de linhas telefônicas/chip de alguma operadora de telefonia. Por critério de segurança e maior eficiência o Conselho tem exigido aparelhos com dois módulos de comunicação, de operadoras distintas, possibilitando a utilização de um ou outro em caso de perda de sinal de um dos módulos ou através de sistema chip multi, possibilitando a troca de sinal de uma operadora a outra desde de que a troca de sinal seja de forma automática, não havendo nenhuma interrupção ao monitoramento/rastreamento do

veículo. Ou seja, nesse caso haveria a necessidade de mais um chip em cada rastreador de uma outra operadora de telefonia móvel. Após, necessário corpo técnico funcional para instalação e desinstalação dos aparelhos; criação ou aquisição de programas e softwares específicos para monitoramento e rastreamento veicular. Também exige-se da gestão pública planejamento com gastos em diárias e deslocamentos de funcionários para atendimento de chamados em eventuais demandas quanto ao reparo ou assistência técnica presencial ou, em deslocamento de agentes fiscais. A aquisição dos aparelhos e operadoras de telefonia móvel requerem processos licitatórios específicos.

2.6.1.2. Diante desse quadro acima, a Administração Pública pode: realizar todo o processo de gestão de monitoramento e rastreamento veicular, desde que possua o software, funcionários, os aparelhos e demais programas integrados. Ou realizar a licitação para a contratação de serviços de monitoramento e rastreamento veicular, sendo que os aparelhos serão adquiridos pelo CREA-RS separadamente em outro processo licitatório.

2.6.1.3. DO COMODATO DOS APARELHOS: esse alternativa deixa a cargo de uma empresa a responsabilidade em relação ao aparelho com a instalação, desinstalação e manutenção. É um método muito utilizado no mercado de empresas de monitoramento e rastreamento veicular.

2.6.2. Diante disso, as alternativas em se adquirir todo o sistema (software, programa e hardwares) e equipamento (aparelhos rastreadores) ou somente em adquirir os aparelhos rastreadores aumentarão os gastos da administração pública pela existência e necessidade de variados atos administrativos (licitação, fiscalização de contratos, suporte técnico, etc) além de carecer de uma estrutura funcional mais compatível com as exigências técnicas específicas para esse tipo de serviço. Apesar de se conseguir um aparelho rastreador com baixo valor ou mais vantajoso à Administração Pública pelo processo licitatório, essa "vantagem" não compensaria os demais custos envolvidos já supracitados. Também necessário mencionar nos custos operacionais em se manter atualizado o programa ou software dessa atividades. Também deve-se mencionar na aquisição de novos aparelhos/hardware que possa comportar os novos programas; realização de política de backup; equipamentos de TI com capacidade de armazenamento dos dados por, no mínimo, 5 anos. Além, claro, por se tratar de aparelhos de cunho tecnológico, há o risco da defasagem dos mesmos.

2.7. Já a contratação de empresa terceirizada configura-se a solução mais adequada. A empresa contratada já possui sistemas implantados para implementação da gestão de monitoramento e rastreamento veicular, além de possuírem os aparelhos rastreadores. Apesar de reduzir a capacidade de personalização da solução adotada, apresenta diversas vantagens operacionais. Há diversas empresas que trabalham nesse ramo com esse tipo de contratação: fornecimento de programas e, em comodato, os aparelhos rastreadores. Em razão das empresas existentes no mercado já operarem seus próprios sistemas, reduzindo os esforços necessários para adequação no início da operação, o que, por consequência, reduz o tempo necessário para implementar e disponibilizar a solução para esse modelo de gestão. Ainda, os aparelhos rastreadores já estão incluídos no serviço a ser prestado, outro fator que reduz riscos operacionais e garante maior segurança e solidez à solução disponibilizada. Verifica-se que a opção por contratação de empresa terceirizada para o fornecimento da solução ocorre desde o ano de 2015 e que, ao longo deste tempo, os servidores envolvidos na fiscalização e gestão dos contratos adquiriram experiência suficiente para antever problemas na execução dos contratos, fazendo com que o serviço oferecido tenha ótima avaliação e grande utilização entre os usuários (agentes fiscais, gerências, diretoria, assessores, motoristas). Em caso de alguma manutenção nos aparelhos rastreadores a empresa terceirizada fica responsável pelo reparo e/ou substituição do mesmo, sem agregar custos à Administração.

2.8. Este é um forte indicativo de que a solução, nos moldes atuais, está satisfazendo plenamente as necessidades do CREA-RS, razão pela qual entende-se ser a melhor solução a manutenção da contratação de serviço terceirizado para a implementação de sistema de monitoramento e rastreamento veicular, com aparelhos em comodato.

2.9. Ainda, verifica-se que, dada a sua expertise, as empresas que concorrem à prestação do serviço acabem ofertando valores bem acessíveis para a Administração, o que, em última análise, pode ser entendido como uma boa vantagem. Este fator contribui para a maior eficiência na prestação do

serviço público e economia aos cofres públicos, permitindo que aquele montante economizado seja aplicado em outros investimentos.

2.10. Sendo assim, adquirir e/ou criar um sistema novo seria, até o momento, uma má gestão de recursos materiais e humanos, pois deixaria de oferecer solução que já atende as necessidades, necessitaria da mobilização de diversos empregados públicos, para fornecer uma solução que apresentaria pouca diferença prática, resultando, em suma, em má gestão de recursos públicos.

2.11. Assim, o objeto do presente processo licitatório será a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, SOB FORMA DE COMODATO, DO TIPO RASTREADOR E BLOQUEADOR VEICULAR.**

### **3. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

#### **3.1. Sistema de rastreamento para os veículos:**

3.1.1. Os equipamentos “embarcados” nos veículos possuem no mínimo a configuração conforme segue:

3.1.2. Receptor de sinal GPS que viabiliza um erro médio de deslocamento de no máximo 20 (vinte) metros, exceto em casos fortuitos, cujas responsabilidades não sejam de competência da contratada;

3.1.3. Fornecimentos de módulo de rastreamento GSM/GPRS que serão fornecidos pela empresa licitante EM REGIME DE COMODATO, cada um contendo dispositivos utilizados para o pleno funcionamento dos equipamentos e do sistema de Rastreamento.

3.1.4. O modelo do módulo de rastreamento fornecido deve estar homologado pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicação).

3.1.5. Dimensões: os rastreadores devem ser pequenos, leves e deve ficar instalado em local oculto no veículo, não visível pelo motorista e terceiros (passageiro).

#### **3.2. Os serviços a serem executados são:**

3.2.1. Os veículos são monitorados e rastreados pelo CREA-RS;

3.2.2. A EMPRESA deverá prestar os serviços de rastreamento e monitoramento dos veículos com cobertura em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

3.2.3. A EMPRESA deverá ter em seu Data Center, em sua sede, os seguintes serviços e equipamentos para gestão dos serviços:

3.2.4. Capacidade de Armazenar todos dados (eventos) por no mínimo 05 (anos) anos;

3.2.5. Gerador de energia com capacidade de manter em operação a central de monitoramento por tempo indeterminado. As Características serão avaliadas conforme a estrutura de cada concorrente;

#### **3.3. Premissas Básicas:**

3.3.1. O sistema de rastreamento a ser utilizado nos veículos do CREA-RS deverá possibilitar a comunicação entre o veículo e a central de monitoramento.

#### **3.4. Especificações Técnicas:**

3.4.1. Software de monitoramento - O software deve possibilitar a organização das viagens, parametrização dos sensores e atuadores instalados no veículo, visualização do veículo e alertas deste em mapas vetoriais operados na base de monitoramento. Deverá ainda:

3.4.1.1. Possuir segurança do sistema com acesso restrito, via internet, a partir de login e senha;

3.4.1.2. Visualizar um veículo e um grupo de veículos no mapa;

3.4.1.3. Disponibilizar níveis de Zoom para o mapa (ruas, avenidas, bairro);

3.4.1.4. Calcular a distância entre dois pontos no mapa;

- 3.4.1.5. Disponibilizar imagem de referência que permita a visão global da região em análise;
- 3.4.1.6. Disponibilizar detalhes de situação atual dos veículos como velocidade, posicionamento, se ligado ou desligado;
- 3.4.1.7. Disponibilizar relatórios de percurso (com os endereços percorridos pelo veículo em rua a rua), com longitude e latitude, velocidade, km percorrido;
- 3.4.1.8. Disponibilizar dados sobre o funcionamento ou defeito dos módulos instalados.

### 3.5. **Monitoramento:**

3.5.1. Serviço de geoposicionamento - Deve ser por intermédio de GPS (Sistema de Posicionamento Global) com envio de coordenadas à central de monitoramento e rastreamento de forma que a posição do veículo possa ser visualizada em mapas vetorizados na base de monitoramento. Este sistema deverá atender às seguintes especificações:

- 3.5.1.1. Sistema de rastreamento 100% Web, propiciando ser acessado de qualquer unidade do cliente, ou autorizada por esta, sem a necessidade de instalação de aplicativos e/ou configurações de rede;
- 3.5.1.2. Sistema com até 4 (quatro) níveis de acesso distintos (administrador, monitoramento, visualização de grupo e visualização de veículo);
- 3.5.1.3. Sistema deve disponibilizar a visualização dos veículos em mapas digitais (analíticos e imagens de satélite), onde o fornecedor deverá comprovar a legalidade da utilização da plataforma de mapas através de contrato com o fornecedor de mapas;
- 3.5.1.4. Sistema deve propiciar a visualização dos veículos no mapa de forma individual, e coletiva (até 100 veículos no mesmo mapa), propiciando uma visão macro da localização de todos os veículos.

### 3.6. **Sistema de comunicação:**

3.6.1. A comunicação entre o módulo embarcado e a base de monitoramento deve ser realizada por telefonia celular e conter dois módulos de comunicação, de operadoras distintas, possibilitando a utilização de um ou outro em caso de perda de sinal de um dos módulos ou através de sistema chip multi, possibilitando a troca de sinal de uma operadora a outra desde de que a troca de sinal seja de forma automática, não havendo nenhuma interrupção ao monitoramento/rastreamento do veículo

### 3.7. **Sensores:**

- 3.7.0.1. O sistema deve conter os seguintes sensores:
- 3.7.0.2. Ignição (se a ignição está ligada ou desligada);
- 3.7.0.3. Velocidade atual do veículo
- 3.7.0.4. Endereço atual do veículo
- 3.7.0.5. Vandalismo no rastreador.

### 3.8. **Atuadores:**

- 3.8.1. O sistema deve conter os seguintes atuadores:
- 3.8.2. Bloqueio de combustível;
- 3.8.3. O bloqueio deverá ser realizado através do sistema, através do login e senha, pela Contratante.

### 3.9. **Programa/software do módulo embarcado (Inteligência virtual):**

3.9.0.1. O programa instalado no módulo embarcado deve permitir a programação para que sensores e atuadores possam operar independente de ação do operador da central de monitoramento e rastreamento.

### 3.9.1. **INSTALAÇÕES E DESINSTALAÇÕES DOS MÓDULOS EMBARCADOS:**



3.9.1.1. As despesas decorrentes do deslocamento para instalações e desinstalações dos módulos embarcados correrão por conta da EMPRESA, ficando o CREA-RS responsável pelas despesas dos empregados desse Conselho

### 3.9.2. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO**

3.9.2.1. A EMPRESA deve possuir estrutura e capacidade de atendimento com mão de obra especializada, para manter programas e equipamentos, além de realizar assistência técnica de modo a garantir a prestação do serviço, sem danos à operação do CREA-RS, arcando com os custos de manutenção, substituição e conserto dos módulos embarcados em todo o estado do Rio Grande do Sul, devendo ser realizada, obrigatoriamente, no local onde o veículo se encontrar;

3.9.2.2. A assistência técnica e manutenção deverão ser realizadas, no máximo, em 2 (dois) dias após a constatação da falha;

3.9.2.3. Havendo necessidade da retirada do veículo de operação para manutenção do módulo embarcado e seus dispositivos, a EMPRESA deverá comunicar imediatamente ao CREA-RS e registrar no sistema o horário da liberação do veículo, devendo a manutenção ser realizada no Município de lotação de cada veículo (Inspetorias do CREA-RS).

### 3.9.3. **FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE RASTREAMENTO:**

3.9.4. O sistema deverá garantir resposta para o acompanhamento dos veículos (cerca, transmissão de localização), no mínimo com as seguintes funcionalidades:

3.9.4.1. Posicionamento dos veículos com frequência de pedido de posição em intervalos de dois minutos;

3.9.4.2. Perda de bateria;

3.9.4.3. Perda de terminal;

3.9.4.4. GPS inoperante;

3.9.4.5. Corte de combustível;

3.9.4.6. Ignição ligada;

3.9.4.7. Extração de dados das viagens para análise em caso de eventos ou não conformidades observadas durante a operação (relatório de recursos, relatório com mapas, relatório de rua à rua, com indicador de velocidade, em todos os casos com a longitude e latitude)

### 3.9.5. **MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS PELA CENTRAL DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO**

#### 3.10. **Central de Monitoramento e Rastreamento, a EMPRESA deverá:**

3.10.0.1. Possuir central de monitoramento própria que realizará o monitoramento e rastreamento dos veículos, 24 horas por dia, garantindo o serviço, inclusive nos casos de pane na rede elétrica.

3.10.0.2. Utilizar uma rede de comunicação e transmissão de dados entre os computadores, central e veículos independente/separada do CREA-RS e protegida por regras de bloqueio a acessos não autorizados.

3.10.0.3. Permitir a auditoria no sistema para verificação da conformidade das ações adotadas.

#### 3.11. **Processo de monitoramento e rastreamento na central:**

3.12. Os processos básicos, mínimos, a serem adotados na Central Monitoramento e Rastreamento são:

3.12.0.1. Programar os veículos para atuarem no local por intermédio de programa (software) instalado no veículo/remotamente ou por intermédio de ações da central de monitoramento e rastreamento, conforme programação estabelecida antes do início da operação, de forma que possa detectar o rompimento dos dispositivos, sensores e partidas suspeitas.

3.12.0.2. Monitorar com a frequência de pedido de posição (FPP) de 2 minutos.

3.12.0.3. Bloquear os veículos em períodos a serem determinados pelo contratante, se necessário, mediante solicitação via sistema, a qual a licitante deverá ter acesso.

3.12.0.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum.

#### 4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:

4.1. O valor médio estimado para esta contratação está demonstrado na tabela abaixo, elaborado após pesquisa de mercado efetuada pela unidade solicitante:

	proposta 1	proposta 2	proposta 3	proposta 4	proposta 5	proposta 6	proposta 7	TOTAL PARA 65 VEÍCULOS ( Mensal)	TOTAL PARA 65 VEÍCULOS ( anual)
mensalidade	R\$ 39,90	R\$ 49,90	R\$ 55,17	R\$ 59,90	R\$ 69,00	R\$ 71,53	R\$ 114,89	R\$ 3.893,5	R\$46.722,00
instalação e desinstalação	R\$ 00,00	R\$ 29,90	R\$ 42,03	R\$49,00	R\$70,00	R\$ 120,00	R\$ 274,52	R\$3.185,00	R\$3.185,00

**Data do orçamento estimado: 07/03/2025.**

#### 5. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, e com base nos empenhos anteriores, as despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento, e será atendida pela seguinte dotação:

**Rubrica Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.009**

**Disponibilidade Orçamentária: R\$ 55.844,16**

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação do orçamento anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termos aditivos e emissão de empenhos complementares.

#### 6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

6.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

6.3. Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

#### 7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

7.1. **PRAZO:** O encerramento do atual contrato de processo SEI nº 2020.000002118-2, ocorre dia 10/07/2025. Nesse dia deverá ser retirado todos os aparelhos rastreadores da frota de veículos do CREA-RS.

7.1.1. No novo contrato (objeto dessa licitação) os serviços de gestão do monitoramento e rastreamento veicular devem estar em pleno funcionamento após a assinatura do contrato, mesmo se essa assinatura anteceder ao vencimento do contrato anterior.

7.1.2. **DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DOS APARELHOS RASTREADORES** para evitar a descontinuidade dos serviços, o CREA-RS vai agendar datas conforme a disponibilidade dos agentes fiscais, pois os mesmos possuem agendas de viagens/rotinas que estão em suas metas/índices de atividades fiscalizatórias em conformidade com o plano de metas e o CONVÊNIO Nº 41 - PRODESU - CONFEA. Diante dessa situação, o CREA-RS fará um planejamento de agendas, em lotes de veículos, por ZONAIS ou INSPETORIAS, conforme a tabela de locais abaixo (7.3). O LOTE poderá abranger mais de uma ZONAL ou diversas INSPETORIAS de diferentes ZONAIS.

7.1.2.1. O problema da descontinuidade dos serviços afetará nos relatórios de prestação de contas. O ideal é no planejamento contínuo de retirada e colocação dos aparelhos ocorrerem no mesmo dia ou dia seguinte, por etapas, em lotes de veículos.

7.1.2.2. **DA IMPLEMENTAÇÃO GRADATIVA DO NOVO CONTRATO - NÃO DESCONTINUIDADE DOS SERVIÇOS:**

7.1.3. Considerando o término do atual contrato, a ocorrer dia 10/07/2025, necessário que o planejamento de uma nova contratação ocorra de forma a garantir a continuidade dos serviços. Essa nova contratação pode ocorrer durante a vigência do anterior, para que ocorra a etapa de retirada (pela empresa antiga) e a colocação (pela nova empresa) dos aparelhos rastreadores. Da mesma forma, deve ocorrer a funcionalidade e programa do sistema de monitoramento da nova empresa. Os valores a serem pagos pelo CREA-RS serão de acordo com a quantidade de veículos em operação pelo sistema de monitoramento e rastreamento.

7.1.4. O que se visa é a não interrupção dos serviços e eventuais perdas ou prejuízos nos relatórios de prestação de contas.

7.2. **DO PRAZO DO CONTRATO:** O contrato terá duração de 1 ANO, podendo ser renovado conforme disposições legais, estabelecidas na Lei 14.133/2021.

7.3. **LOCAIS PARA AS INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS RASTREADORES:** Os veículos do CREA-RS estão distribuídos em diversos locais (municípios), conforme tabela abaixo da RELAÇÃO DE VEÍCULOS POR INSPETORIAS E ZONAIS:

ZONAIS	INSPETORIAS	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
SERRA	BENTO GONÇALVES	1
	CAXIAS DO SUL	3
	VACARIA	1
METROPOLITANA	CAMAQUÃ	0
	GRAVATAÍ	0
	GUAÍBA	2
	MONTENEGRO	2
	PORTO ALEGRE E SEDE	16
	VIAMÃO	0
LITORAL	CAPÃO DA CANOA	1
	TORRES	1
	TRAMANDAÍ	1
SINOS	CANOAS	3
	ESTEIO	1
	NOVO HAMBURGO	2
	SÃO LEOPOLDO	2
	TAQUARA	2

NOROESTE	CRUZ ALTA	1
	IBIRUBÁ	0
	IJUÍ	1
	PANAMBI	1
	SANTO ÂNGELO	1
ALTO URUGUAI	FREDERICO WESTPHALEN	1
	PALMEIRA DAS MISSÕES	0
	SANTA ROSA	1
	TRÊS PASSOS	1
FRONTEIRA OESTE	SANTIAGO	2
	SÃO BORJA	1
	SÃO LUIZ GONZAGA	1
CENTRAL	CACHOEIRA DO SUL	1
	LAJEADO	0
	SANTA CRUZ DO SUL	1
	SANTA MARIA	2
PLANALTO	ERECHIM	1
	PASSO FUNDO	3
	CARAZINHO	0
FRONTEIRA SUDOESTE	ALEGRETE	1
	SANTANA DO LIVRAMENTO	1
	SÃO GABRIEL	0
	URUGUAIANA	0
SUL	BAGÉ	2
	PELOTAS	4
	RIO GRANDE	0

7.4. **AGENDAMENTO DAS INSTALAÇÕES:** os agendamentos das instalações dos aparelhos rastreadores deverão ocorrer na Sede do CREA-RS, nos seguintes contatos/locais:

- I - Setor de Logística da Gerência de Fiscalização do CREA-RS (SLOG/GFIS): Rua São Luis, nº 77, bairro Santana, 6º andar, Porto Alegre.
- II - Horário: das 09hs15min até as 17hs45min.
- III - Dias da semana: de segunda à sexta-feira, exceto feriados nacionais, municipal (Porto Alegre) ou Estadual.
- IV - E-mail: [logistica@crea-rs.org.br](mailto:logistica@crea-rs.org.br);

7.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os aparelhos rastreadores em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar os serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pelo CREA-RS.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito ou por e-mail sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem

eletrônica para esse fim.

8.3. O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

8.4. O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.5. A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.6. Indicamos para a fiscalização desta contratação o funcionário SANDRO LUIS RODRIGUES SAPATA, matrícula CREA-RS nº 1189, lotado no SLOG/GFIS (SETOR DE LOGÍSTICA DA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO).

## 9. CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a frequência de uso dos serviços.

## 10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO / VISTORIA

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. Não há necessidade de realização de vistoria ou avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Multa:**

Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

*Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando solicitado na contratação);*

*O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).*

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

12.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### 13. DEVERES DA CONTRATADA:

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

13.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

13.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



13.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica necessários para o cumprimento do objeto contratado, sem ônus para contratante.

13.1.23. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

13.1.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

#### **14. DEVERES DA CONTRATANTE:**

14.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

14.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

14.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **15. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

15.1. A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, observando ainda as seguintes condições:

15.2. A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS;

15.3. A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:

- 15.3.0.1. Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.
- 15.3.0.2. Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial
- 15.3.0.3. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta;
- 15.3.0.4. Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada;
- 15.4. A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação
- 15.5. O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.
- 15.6. A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor
- 15.7. A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

***Este Termo de Referência deve ser assinado pelo Setor Requisitante/Gerência, e assinado pela Autoridade Competente/Presidente como aprovação.***

**DE ACORDO, AUTORIZA-SE.**



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO LUIS RODRIGUES SAPATA, Chefe de Setor**, em 16/04/2025, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA MARIA BORGES, Chefe de Núcleo**, em 24/04/2025, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 29/04/2025, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **2880830** e o código CRC **5A7251A2**.

